

PROGRAMA EMERGENCIAL PARA A CLASSE TRABALHADORA E POVO POBRE DE MACAPÁ!

Conjuntura e Eleições

A realidade da luta de classes no mundo e em Macapá mostra desafios gigantes para a classe trabalhadora e o povo pobre.

Diante da pandemia que já ceifou **mais de 675 vidas somente no Amapá e mais de 120 mil brasileiros e brasileiras**, o capitalismo mostra sua face cruel e desumana e toda sua irracionalidade e insuficiência para enfrentar essa guerra. Esse sistema não serve para a humanidade, nem para a manutenção da Natureza nem para a garantia de um vida digna.

O que vemos é a combinação entre pandemia e crise econômica, social e política. O responsável por isso é o governo genocida, ultraliberal e autoritário de Bolsonaro e Mourão, aliado às suas reformas (da previdência e trabalhista) que retiram direitos de milhões de trabalhadoras(es) e política imperialista de Trump.

No Amapá graças a incompetência dos governos Waldez (PDT) e Clécio (ex-Rede) e dos anteriores do PSB, vivemos momentos em que a ausência de infraestrutura hospitalar mostrou o efeito de anos de atraso e políticas públicas ineficientes.

O PSTU defende como primeira tarefa da classe trabalhadora e da juventude lutar para garantir quarentena geral de 30 dias em defesa da vida, do emprego, salário, renda e contra a política dos grandes empresários, banqueiros e bilionários de “passar a boiada” nos direitos sociais, na Amazônia e povos indígenas e quilombolas e jogar a conta da crise econômica nas nossas costas. Essa luta para ser vitoriosa exige organização para combater e, principalmente, colocar para Fora Bolsonaro e Mourão e todo seu

governo genocida.

É preciso lutar pela consciência de que **as eleições burguesas não são o único e último** meio de se alcançar essa tarefa imediata. Em nossa opinião, é necessária a unidade para lutar contra os ataques à nossa existência. **A luta antirracista, a luta das mulheres, povos indígenas e quilombolas e da classe trabalhadora como um todo podem barrar o projeto de Bolsonaro, os ataques de Waldez (PDT) e futuros representantes da burguesia nas prefeituras e Câmaras de Vereadores.**

Nas eleições vamos apresentar um programa que não seja administrar os interesses do capital, como fizeram e estão fazendo PDT, PSB, PT, PCdoB e DEM.

O governo de Clécio Luís (ex-PSOL, ex-REDE e agora sem partido) é um governo a serviço dos interesses de grupos empresariais e da velha política aliada a grupos econômicos.

A sua eleição desde 2012 ocorreu através da formação de alianças de partidos da direita (DEM, PSDB, PSD). Já em 2015 saiu do PSOL porque pretendia manter alianças com grupos políticos que há décadas sucateam a educação, saúde, saneamento básico, transporte público e infraestrutura urbana. Junto com o senador Randolfe foi para a Rede.

Em 2016 na eleição para seu segundo mandato o PSOL apoiou de forma “informal” a chapa Clécio (Rede) e Telma Nery (DEM). Mesmo desde 2012 houve ataques por parte da sua gestão sobre direitos de profissionais da educação básica municipal. Ataques que continuam no presente, como comprova a luta da executiva municipal do sindicato e a base da educação pública.

Nessas eleições 2020, os partidos da direita ligados a grupos políticos que há décadas dominam o poder no estado e

capital se articulam na candidatura do DEM. O prefeito apoia o pré-candidato ligado ao presidente do Congresso Nacional e costura alianças com setores do governo estadual e presidente Bolsonaro.

Não é novidade que famílias como Gurgel, Góes, Favacho, Alcolumbre e outras possuem mandatos e poder econômico. No entanto, os inúmeros casos de corrupção e o atraso em geral quanto à infraestrutura urbana, desemprego, violência, conflitos de terra nos interiores, a triste realidade da vida de moradores e moradoras de bairros periféricos (onde falta quase tudo) mostram os efeitos das políticas públicas promovidas por esses grupos burgueses. São sempre as mesmas alianças. É o velho normal.

Segundo a consultoria Macroplan (2019), levando em conta os últimos 10 anos Macapá está na posição 99º (penúltima posição) no ranking das 100 maiores cidades quando se trata da oferta de serviços públicos como saúde, educação e segurança. Isso prova a gestão incompetente de todas essas alianças burguesas.

Lembramos que antes de Clécio a cidade era governada pelo PDT, partido do atual governador Waldez. Na época o grupo político ligado ao prefeito Roberto Góes e Waldez foram presos pela Operação Mãos Limpas, que investigava corrupção na administração pública.

Clécio e Waldez expressam o histórico das políticas capitalistas das gestões burguesas incompetentes que se revezam na administração tanto do estado como da capital. A realidade das dificuldades na saúde pública atual diante da pandemia (e antes dela) revelam a ineficiência das medidas irracionais e bárbaras das políticas públicas voltadas para o capitalismo. São anos de atraso. Obras paradas como o hospital metropolitano e o shopping popular no centro. Além do domínio de empresas sobre o transporte público coletivo. Resultado de governos

burgueses, seja do PDT ou PSB e mesmo o coronelismo iniciado pelo PMDB, com Sarney e figuras como Gilvam Borges.

A prova de que o governo Rede priorizou interesses de empresários é a questão do transporte público coletivo. Clécio não se pronuncia nem mesmo durante a pandemia sobre as centenas de demissões de cobradores e cobradoras e motoristas. Em 2019, anunciou a licitação, que não saiu do papel. Hoje o serviço não é legalizado e causa transtornos enormes para a população. A precariedade do transporte coletivo em Macapá se reflete nas lutas dos e das estudantes, ao longo dos anos quando ocorrem aumentos de passagem.

Não podemos esquecer do perdão de R\$ 67 milhões em dívidas das empresas de transporte público dado pelo prefeito e sob a conivência dos vereadores. Todo esse montante seria necessário para combater a pandemia. Trocou-se a dívida de multas de acordos anteriores não cumpridos e imposto ISSQN por um valor parcelado de R\$ 2,2 milhões. A Defensoria Pública do Estado do Amapá pede a anulação do acordo.

Outro fato grave é o não cumprimento da **Lei nº 2398/2020** aprovada na Câmara de Vereadores. A lei proíbe a dupla função de cobrar e dirigir e seria uma forma de garantir a função social do transporte público, ao assegurar empregos de cobradores, segurança e conforto de passageiros. Mas o prefeito Clécio não exige o cumprimento dela pelos empresários. A lei foi conquistada pela pressão do sindicato da categoria e movimentos sociais. Apesar da manobra de esvaziamento de quórum por parte do vereador Rinaldo do PSOL e a base de vereadores aliada ao prefeito.

Somente a organização de trabalhadoras e trabalhadores, jovens, negros e negras, LGBTs indígenas pode deter a manutenção e avanço de projetos reacionários e ultraliberais em Macapá e

no estado. Para isso, propomos o Programa Emergencial Socialista!

PROGRAMA EMRGENCIAL SOCIALISTA PARA MACAPÁ

Vamos participar das eleições para dizer que as mudanças necessárias em Macapá e no país só vão acontecer com o povo na rua, mobilizado e organizado. Infelizmente os ataques dos governos obrigam a classe trabalhadora a lutar pela vida na pandemia. Para nós, as eleições servem para fortalecer a luta dos trabalhadores e divulgar o programa socialista.

Em todo Brasil, as candidaturas socialistas do PSTU chamarão os trabalhadores a inaugurar uma democracia de verdade para que sejam os de baixo a terem o poder e definirem todos os dias os destinos do país. Precisamos de um governo socialista, operário e popular, que implante essa verdadeira democracia, na qual os trabalhadores governem em conselhos populares nos bairros, nas empresas, nas escolas.

Para garantir educação e saúde públicas de qualidade e defender o fim das isenções fiscais para os grandes empresários é preciso um programa emergencial, revolucionário, antirracista, anticapitalista e socialista e de independência de classe.

Defendemos a construção de uma Alternativa Socialista e, por isso, vamos lutar para enfrentar acabar o poder dos grandes empresários e seus políticos na prefeitura e na Câmara dos vereadores. Lutar por um governo para os de baixo e que tome medidas drásticas para deter o desemprego, a fome e a violência nos bairros pobres.

1) Democracia Direta Operária

Uma Alternativa Socialista na prefeitura tem compromisso, somente com a população trabalhadora organizada nos bairros e nos locais de trabalho. A esta organização chamamos de **Conselhos Populares**, os quais devem decidir como atender as necessidades básicas da maioria da população pobre e desempregada. Isso significa colocar o poder de decisão e a própria condução da cidade nas mãos da classe trabalhadora pobre e periférica. Trata-se de uma democracia direta operária.

Uma cidade para a classe trabalhadora, juventude e povo pobre! Através dos Conselhos Populares, será feita a construção de um plano diretor com forte participação popular através de representação de entidades e movimentos sociais. O plano atual deve ser revisto para atender aos interesses da classe trabalhadora.

Além disso, todo político deve ter mandato revogável e nenhum deles deve poder ganhar mais do que um operário ou uma professora. Isso não significa desvalorização da carreira de professor ou professora. Ao contrário, significa que o vereador ou prefeito não podem ganhar mais do que quem trabalha para educar. O PSTU defende o salário mínimo estimado pelo Dieese. Tais trabalhadores da educação merecem valorização salarial e profissional!

- Pela construção e apoio de conselhos populares em bairros, locais de trabalho e universidades que possam eleger representantes/delegados próprios e decidir sobre condução política de sua comunidade, pequena empresa, etc. Poder na mão da classe trabalhadora!
- Mandatos Coletivos revogáveis a qualquer momento.
- Representantes políticos devem ter o mesmo teto salarial de um(a) operário. Chega de privilégios!

2) Orçamento Participativo e

Transparente

O orçamento estimado em 2020 para Macapá foi de R\$ 1,35 bilhões. Para 2021 o prefeito atual e a Câmara de Vereadores votarão a Lei Orçamentária Anual (LOA).

O PSTU defende a transparência total na discussão do orçamento público, com a participação social das entidades sindicais e representantes de bairros e organizações sociais através de audiências públicas.

Na elaboração do Plano Plurianual, Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual, a prioridade será atender às necessidades dos bairros periféricos esquecidos pela gestão atual.

Os recursos serão aplicados com acompanhamento das decisões. Exigimos que demais parlamentares e governos garantam aplicação dos recursos constitucionais impositivos em saúde, educação e infraestrutura. As verbas parlamentares devem ser destinadas para o programa emergencial e serem usadas conforme a necessidade imediata da classe trabalhadora.

- Gestão democrática do orçamento público! Audiências públicas para discutir e decidir sobre a aplicação da LOA;
- Prioridade para investimento nos bairros da periferia da cidade, com foco na infraestrutura, saúde e educação, através do plano de obras públicas.

Defendemos a redução de salários de prefeito, vereadores e secretários! Nossos vereadores defenderão projeto de lei para pautar essa proposta.

Na prefeitura socialista **não haverá altos salários e despesas superficiais com áreas não essenciais como propaganda etc. Os gastos serão enxugados e todos divulgados no portal da transparência.**

Defendemos e aplicaremos redução de contratos de áreas não essenciais como propaganda e cargos. **A valorização será para servidores públicos.** Na prefeitura socialista não haverá cabide de emprego.

- Fim das despesas desnecessárias com propaganda política;
- Valorização dos servidores e dos serviços públicos. Não ao jogo de cargos e contratos inúteis para a sociedade. Não ao cabide de emprego e nepotismo cruzado.

3) Revogação da Emenda Constitucional nº 95

Compreendemos que a melhora das condições de vida da classe trabalhadora depende do fim dos diversos entraves colocados pelos governos federais ao investimento em programas sociais e direitos básicos da população. Por isso, **o PSTU defende a luta pela revogação imediata da Emenda Constitucional nº 95, a emenda do Teto dos Gastos Públicos.**

Aprovada pelo governo Temer e Congresso Nacional para atender os interesses de grandes banqueiros e empresários, essa emenda limita em 20 anos os investimentos em saúde, educação pública e áreas sociais.

Não há como investir em direitos sociais com a política neoliberal burguesa. Por isso defendemos a luta pelo revogação da emenda e o não pagamento da dívida pública externa que retira recursos da riqueza produzida por nós trabalhadores.

4) Saúde Pública e Valorização profissional

O município atende a saúde básica. Mas para isso é preciso equipar e ampliar as UBSs, com a valorização de quem trabalha no setor, através de salários dignos para os e as profissionais e negociação permanente com sindicatos

da categoria municipal e usuários do SUS, através dos conselhos de saúde.

Considerando que **há mais de uma década que o Amapá está entre os estados com maior número de suicídios, é necessária uma política de saúde mental junto com profissionais das secretarias de saúde e assistência social, para atuar de forma eficaz nas demandas dessa área.** Seguir as orientações profissionais para cuidar da população mais vulnerável, sobretudo moradores de rua, crianças, pessoas idosas e com deficiência.

Fim da saúde privada: A defesa do SUS é prioridade. Nos limites da prefeitura será promovido o necessário para o funcionamento de acordo com as normas e anseios do povo pobre. Para além disso, a estatização dos hospitais particulares e fortalecimento e ampliação das Unidades Básicas de Saúde é uma pauta importante.

Assim como o SUS está sendo destruído pelo governo Bolsonaro, a atenção básica que é de responsabilidade dos municípios, não atende as necessidades da maioria do povo. Foram centenas de vidas perdidas nos corredores dos hospitais e das UBSs. Enquanto os que tinham dinheiro para pagar uma diária nas UTIs privadas podem ter mais chance de sobreviver. Proteção adequada das(os) trabalhadoras(es) da saúde. Assegurar EPI's e proteger a vida desses profissionais;

- Aumento salarial e valorização das(os) trabalhadoras(es) da saúde com abertura de concursos;
- Incorporação da rede privada ao SUS;
- Quarentena social e geral já! Com limite de serviços essenciais, proibição de demissões e contingenciamento do transporte coletivo;

- Chega de filas e descaso. Fortalecer as Unidades Básicas de Saúde com equipamentos, medicações, reformas prediais e novos concursos públicos.

5) Educação

O PSTU assumirá o compromisso com a Carta proposta pela Executiva Municipal do Sinsepeap. Nessa carta já assinada pelo pré-candidato a prefeito reforçamos a importância de atender as demandas da categoria.

O Amapá tem a pior taxa de matrícula (9,8%) na educação infantil entre as capitais do norte (IBGE, 2019). São cerca de 22 mil crianças de 0 a 3 anos que deveriam ser atendidas nas creches de acordo com o Ministério Público, porém, na capital **existem apenas 2 creches inauguradas nos últimos 2 anos**, e outras duas unidades já prontas há 5 anos estão abandonadas junto com outras obras. Isso demonstra o descaso e incompetência da gestão do prefeito Clécio com a vidas das crianças e dos pais.

As creches públicas são importantes espaços para a educação das crianças e contribuem na diminuição do risco social, principalmente nos bairros periféricos. Além disso, possibilitam que os pais e, especialmente, as mães possam deixar seus filhos em um ambiente seguro, enquanto trabalham, estudam e realizam outras tarefas.

Defendemos a importância do debate da promoção da igualdade racial e da educação sexual como forma de combate as opressões como o racismo e o machismo. Como forma de proteção das crianças. Por isso, defendemos:

- implementação do ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Indígena nas escolas (Lei 11.645/08)
- Implementar o debate de educação sexual nas escolas com materiais educativos de acordo com a faixa etária e capacitar os profissionais

da educação

Suprir completamente a demanda de creches públicas para todos os filhos da classe trabalhadora!

- Creche em tempo integral, com ensino de qualidade e segurança para as famílias;
- Valorização de educadoras(es) infantis;
- Revogação do plano de carreiras proposto pelo prefeito Clécio. Discussão e aprovação de plano de carreira que garanta os direitos dos profissionais!
- Gestão Democrática das escolas!
- Fim da terceirização das atividades como limpeza; valorização salarial da carreira de auxiliar de educação.

6) Emprego

O Amapá aparece com a 2ª maior taxa de desemprego do país no 1º trimestre de 2020. Infelizmente, a classe trabalhadora amapaense sofre há décadas com os piores índices de desemprego em todo país, sendo que atualmente a maioria das pessoas desempregadas vive em Macapá.

A contradição é que se olharmos para a cidade observamos que tudo precisa ser feito: asfaltamento de ruas, construção de creches, UBS's, saneamento básico, iluminação etc. TUDO!

O desemprego é um problema social que tem suas origens na lógica irracional da sociedade capitalista. A resolução vai além da competência da prefeitura. Mas defendemos como medida emergencial um plano de obras públicas que supra as demandas do povo por uma cidade digna de se viver e que gere milhares de empregos.

- Amplo plano de obras públicas voltado para saneamento básico, segurança e infraestrutura. Focado

nos bairros periféricos onde vive a maioria da classe trabalhadora em Macapá;

- Através da municipalização do transporte público, criação de posto de trabalho para motoristas e cobradores e demais profissionais rodoviários.
- Passe livre aos desempregados no transporte público.
- Isenção de IPTU e todas as taxas municipais para os mais vulneráveis.
- Garantir o fornecimento de luz, água e aluguel social para famílias desempregadas.
- Execução das dívidas de grandes proprietários para arrecadação para os cofres públicos. Execução da dívida de R\$ 67 milhões dos empresários do transporte e demais dívidas.
- Abertura de novos postos de trabalho através redução da jornada de trabalho, sem redução de salários.

7) Comerciantes e Pequenos Negócios

O PSTU prioriza as demandas que melhorem a vida dos e das trabalhadoras do comércio. Os pequenos negócios são fundamentais para a economia e geração de empregos, além do acesso a serviços e bens. Para isso acontecer manteremos diálogo com entidades sindicais dos trabalhadores. A prefeitura, como poder público, deve promover a defesa das normas de segurança e saúde, através da fiscalização das atividades empresariais. Para isso exercerá os poderes administrativos legais.

8) Moradia

O direito à moradia é atacado há anos pelos governos burgueses. A realidade

de bairros onde moradores residem em ressaca é de descaso dos poderes públicos. Não existe água tratada, energia e ruas adequadas. **Falta casa e terra para quem precisa. Sobram terrenos para alguns ricos fazerem especulação e grandes projetos imobiliários (condomínios de alto padrão e novos edifícios) e de latifúndio.**

É preciso acabar com a especulação imobiliária e amortecer o impacto sobre quem vive afastado do centro e prejudicado pelo desemprego.

- Atender às demandas dos bairros periféricos, em especial aqueles em área de ressaca, onde existem problemas recorrentes como alagamentos;
- Defendemos IPTU fortemente progressivo! Imóveis comerciais devem pagar mais do que residencial. Residências com família que recebam até 1 salário mínimo devem ter isenção!
- Ampliação dos impostos aos terrenos voltados para especulação imobiliária; isenção total de impostos municipais aos pequenos negócios;
- Legalização das ocupações e plano de infraestrutura.
- Aplicação da medida administrativa prevista na Lei 13.465/2017 para transformar terrenos abandonados na cidade como bens públicos para serem usados em serviços de assistência social como construção de casas abrigos, centros culturais para atender ao povo.

9) Mobilidade Urbana

Macapá não tem plano de mobilidade

urbana que atenda às demandas da classe trabalhadora. Nós do PSTU defendemos a construção de um plano com a participação popular. A cidade precisa de sinalização horizontal e vertical; ciclovias; corredor de ônibus e demais ajustes necessárias. A prioridade será o transporte limpo como bicicletas e o transporte público coletivo, para redução de impactos ambientais.

A atual organização do transporte público em Macapá está longe de atender as necessidades da classe trabalhadora e juventude. Ao contrário, é caracterizado por ser um serviço de baixíssima qualidade, caro, insuficiente e que atende apenas ao lucro das empresas.

Como parte do plano de obras públicas, será construído abrigos e terminais. A política de mobilidade urbana deve **atender aos bairros periféricos, em primeiro lugar**. Através do plano de obras, executar obras de asfaltamento, iluminação, recuperação de vias e demais reparos urgentes.

Portanto, para organizar o transporte público na cidade é preciso municipalizar, sob controle de estudantes e trabalhadores. Toda a organização estará sob controle da Prefeitura (linhas, rotas, bilhetagem) e estudantes participarão das decisões junto com os trabalhadores rodoviários. A execução do serviço será diretamente pelo município. Há previsão constitucional para isso.

- Criação de uma Secretaria de Transportes e Mobilidade Urbana Municipal ou Adaptação da CTMAC.
- Chega de SETAP e domínio de empresários que apenas exploram o povo! Auditoria independente para apurar a corrupção no sistema.
- Execução da dívida de R\$ 67 milhões Anulação acordo extrajudicial que aumentou a

passagem.

- Chega de demissões e ameaças! Reincorporação imediata de cobradoras(es) e motoristas demitidas(os).
- Efetivar a Lei 2398/20 que proíbe a dupla-função.
- Passe-livre amplo, para estudantes e trabalhadoras(es) desempregados.
- Bilhete único, terminais de integração, Lei municipal para uso de veículos até 5 anos.

10) Terra

A formação histórica da cidade de Macapá tem ligações com a tomada de terras antes ocupadas por negros e pessoas pobres. Isso é reflexo do racismo histórico. O PSTU defende a formação de e fortalecimento de organizações de pequenas famílias agricultoras. Estaremos lado a lado na luta contra o avanço do agronegócio que ameaça a pequena propriedade produtiva que alimenta o povo. Ao longo dos últimos anos, assistimos a aplicação e divulgação de inúmeras políticas voltadas a formação de um cinturão horricultor no município e estado. Falsas promessas. Sabemos que a política dos governos têm sido de apoio ao agronegócio e à exportação de soja e desmatamento da Amazônia!

Terra para quem precisa! Não ao latifúndio e agronegócio que ataca a natureza!

- Estimular uma rede de produção de alimentos baseada nas famílias de pequenos agricultores, através da distribuição de sementes e capacitação das(os) trabalhadoras(es) do campo e facilitando acesso a insumos e equipamentos.
- Apoiar a luta contra os latifundiários locais e grupos

empresariais que possam atacar as comunidades.

- Lutar pela proteção de terras quilombolas e apoio aos indígenas sob território do município. Não à violência contra povos indígenas e quilombolas!

11) Distritos

Os distritos são importantes para a cidade. Preservam nossas raízes amazônicas. O PSTU defende a existência das comunidades distritais, com diálogo para conhecer suas demandas.

Lutaremos pela preservação ambiental e contra os efeitos do sistema capitalista sobre a vida das pessoas que moram no Bailique, São Joaquim do Pacuí, Fazendinha, Carapanatuba e todos os distritos de Macapá.

- Políticas sociais serão implementadas com os conselhos locais. Não aos ataques sobre propriedades de pequenos agricultores!
- Políticas para facilitar o acesso das comunidades à capital. Melhorar as linhas que passem pelos distritos, com mais ônibus que atendam as localidades.
- Fiscalizar o fornecimento de energia pela CEA para os moradores dos distritos. Bem como a cobertura de internet e serviços de telefonia. Intermediar os anseios das comunidades e apoiar as lutas.

12) Segurança Pública

- **A organização da segurança pública não deve estar baseada na proteção da propriedade privada e dos interesses da elite, mas sim na proteção e suporte às comunidades.** Para isso os membros da Guarda Civil Municipal devem pertencer aos bairros onde residem e os

comandos devem ser eleitos pelos moradores. Sua formação e treinamento deve estar baseada em princípios sociais e humanitários e não-discriminatórios.

- Promover a capacitação em direitos humanos para a corporação e uma política de guarda comunitária, com diálogo permanente com moradores e moradoras. Segurança pública é direito e dever de todos!
- Gestão e eleição comunitária do comano da GCM; fortalecimento da associação dos profissionais da guarda; construção de uma sede para abrigar os serviços da guarda.
- Equipar com os materiais necessários para prestação do direito à segurança pública, com valorização da carreira e seu plano!
- Transparência na apuração de qualquer abuso de autoridade, especialmente contra negros e negras, mulheres e LGBTQs.
- Por uma Guarda Civil Comunitária!
- Manutenção da iluminação pública da cidade.

13) Combate a toda forma de opressão

SITUAÇÃO DAS MULHERES E

PROPOSTAS: Em 2019, o Bolsonaro e a Ministra Damares não investiram nenhum real nas políticas de combate a violência à mulher e neste ano cortou as verbas. Isso reflete na precarização do atendimento e no aumento dos casos de violência às mulheres, e com a pandemia essa situação se agravou.

No Amapá, foram atendidos mais de 840 casos de violência doméstica de acordo

com a Defensoria Pública, e houve aumento de 8% nos registros de lesão corporal contra as mulheres, 259 casos de ameaça e 5 de estupro de vulneráveis (FBSP, 2020). Porém, esses dados podem ser ainda maiores devido à dificuldade de acesso aos canais de denúncia e atendimento. Macapá tem apenas 1 casa abrigo para atendimentos das mulheres vítimas de violência.

Também houve aumento dos feminicídios no estado, 4 casos e 3 de homicídio. Por isso, é preciso exigir dos governos o aumento das verbas para o combate real à violência machista, assim como a garantia de emprego e renda para as mulheres.

- Ampliação das redes e canais de denúncia contra a violência a mulher;
- estruturação de um sistema de notificações de casos de violência;
- ampliação e aprimoramento das redes de acolhimento e atendimentos às mulheres vítimas de violência;
- campanhas permanentes contra a violência machista.

NEGROS E NEGRAS EM MACAPÁ E

PROPOSTAS: Antes de mais nada, 70% da população do Amapá é negra. Por conta do racismo e do capitalismo, negros e negras sofrem toda a exploração desse sistema. A luta por igualdade social e econômica está ligada à luta pelo socialismo. Não existem políticas públicas efetivas para combater o alto índice de homicídios entre negros. O racismo é uma ideologia do capitalismo.

Segundo o IPEA, de 2007 a 2017 o número de homicídios contra pessoas negras foi 13 vezes maior do que não negros. Lutar contra toda forma de racismo exige políticas públicas sociais e econômicas. Promover as parcerias com movimentos sociais e instituições para

de fato combater essa opressão. Buscar recursos públicos para a promoção da luta em cada área sobre responsabilidade do município (escolas, saúde, segurança pública e outras). A luta contra o racismo perpassa por todas as áreas sociais e deve ser feita com uma mudança radical da aplicação das políticas sociais e econômicas em Macapá e no Amapá.

- Fortalecer os espaços de organização de negros e negras nos bairros e locais de trabalho. Nenhuma convivência com o racismo!
- Fortalecer o IMPROIR sob controle das(os) trabalhadoras(es) negras(os) e demais instituições estatais ou não, para a promoção da igualdade racial.
- Ampliar a política de cotas em concursos públicos.

LGBTs EM MACAPÁ E PROPOSTAS:

O Brasil está no topo entre os países que mais matam LGBTs no mundo. Só em 2019 foram 329 mortes (GGB, 2019). A violência contra LGBTs é, em geral, expressada por “crimes de ódio” e um grave problema de saúde pública; vitimizam os jovens, principalmente transgêneros. No Amapá, houve aumentos dos crimes de LGBTfobia pelas redes sociais e foram registrados 2 homicídios este ano. Bolsonaro extinguiu a secretaria nacional de políticas públicas de combate à discriminação à população LGBT, além de retirar o seguimento da pasta do Ministério dos Direitos Humanos. Além de seus discursos machistas e lgbtfóbicos, essas medidas aumentam a vulnerabilidade social e crimes de ódio contra as LGBTs.

Nós do PSTU defendemos os direitos das pessoas LGBTs e para tanto lutaremos para:

- Fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos

da População LGBT para a promoção das políticas públicas junto às secretarias, entidades e os movimentos sociais (ONG Pró-Vida, Fórum Trans, Ghata, UNALGBT, ABLGBT, Rede da Juventus Lara Fabian e Conselho Estadual LGBT).

- Investigação e punição dos crimes contra as LGBTs, ampliação e aplicação da Lei nº 7.716/89, que reconhece o crime de homofobia como prática de racismo.
- Fortalecer a auto-organização das LGBT desde os bairros, comunidades e locais de trabalho, como melhor forma de prevenir a violência e promover a reeducação da classe trabalhadora.
- Discussão de gênero e diversidade sexual nas escolas. Para promover a inclusão social, igualdade, respeito, combater a LGBTfobia e prevenir danos físicos e psicológicos.
- Criar campanhas permanentes nas TVs, rádios e órgãos públicos, ônibus e abrigos contra a LGBTfobia, racismo e machismo.

14) Juventude

A juventude amapaense e macapaense sofre com toda carga as violências do sistema capitalista. Nosso estado e cidade têm altos índices de suicídio, violência policial, machismo, racismo e lgbtfobia.

Ao mesmo tempo, nossos jovens, mais do que em outras regiões do Brasil, sofrem pela falta de horizonte profissional e acadêmico. Espaços de socialização, entretenimento e cultura, também fundamentais à formação humana e individual, só existem devido a auto-organização de entidades e jovens nos bairros, como as famosas batalhas de rap, em que a juventude negra expressa sua cultura e voz ativa.

Espaços como esses, voltados à educação e cultura devem ser promovidos e equipados pelo Estado! Por emprego, lazer e cultura para a juventude!

Como parte da defesa da vida, o PSTU promoverá o diálogo permanente com as organizações estudantis locais, promovendo a educação, saúde mental e as políticas sociais que atendam a essas pessoas.

15) Cultura e Lazer

Como parte de valorização da cultura e lazer, o PSTU, através do plano de obras pretende reformar praças, espaços de academias ao livre, os Centros de Artes e Esportes Unificados (CEU das Artes), Parque Zoobotânico. Além de projetos sociais que visem ao realização de iniciativas nessas áreas, como teatros populares nos bairros e batalhas de RAP.

A área do lazer precisa ser pensada para tornar possível o acesso a espaços de atividades físicas. A orla atual da cidade é tomada por veículos, o que ataca o meio ambiente. A ampliação da pista para favorecer o lazer como caminhada e corridas é necessária. Também é preciso reestruturar a orla toda, principalmente a dos bairros do Perpétuo Socorro.

O setor cultural é importante para a cidade e país. Bolsonaro tem atacado com censura e o ódio contra a liberdade artística. Defendemos a Lei Aldir Blanc como forma de apoio aos e às artistas.

A necessidade de fomento à cultura através da Fundação Municipal de Cultura de Macapá (Fumcult) será realizada com diálogo e incentivo aos artistas locais, para promoção das atividades e expressões culturais da nossa cidade.

Para o PSTU a cultura é essencial para a libertação e expressão das potencialidades humanas, sobretudo como forma de transformação social nos

bairros periféricos.

Por isso, apoiaremos a nova MPA, Música Periférica Amapaense e demais artistas consagrados com promoção de espaços públicos das várias manifestações artísticas.

A SAÍDA É ROMPER COM O SISTEMA CAPITALISTA!

Essas tarefas só serão possíveis com um governo socialista dos trabalhadores apoiado por conselhos populares (organizados nos bairros), controlados democraticamente pelos de baixo, para que a riqueza, a tecnologia e a ciência que produzimos sirvam para garantir uma vida digna como seres humanos que somos.

Convidamos as companheiras e companheiros dos Movimentos Sociais de luta contra Racismo, Machismo, LGBTfobia e pela Causa Indígena, Quilombola e Ambiental, Associação de Bairros, Juventude e lutadoras e lutadores a debater uma alternativa real para lutar por um governo socialista dos trabalhadores, disposto a governar com conselhos populares. Lutar por candidaturas a serviço das lutas sociais e pela transformação da sociedade rumo ao socialismo!

Macapá-AP, 11 de setembro de 2020.